

ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL: IMPACTOS NO TURISMO E ESTRATÉGIAS PARA UMA RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL

Gutemberg Cardoso da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0001-9062-0171>

RESUMO

Em 2024, o Rio Grande do Sul foi severamente afetado por enchentes que atingiram diferentes regiões do estado, provocando impactos sociais, econômicos e territoriais significativos. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos das mudanças climáticas no turismo, considerando as consequências das enchentes sobre a infraestrutura turística e a percepção do destino. A metodologia adotada compreende a análise de dados meteorológicos, a revisão de iniciativas governamentais implementadas no período e a aplicação dos instrumentos políticos propostos por Bramwell(2001), incluindo gastos públicos, regulamentação, incentivos econômicos e ações educativas. As chuvas intensas ocorridas entre 25 de abril e 2 de maio resultaram em danos expressivos, com a evacuação de milhares de pessoas, sobretudo em municípios como Porto Alegre e Santa Maria. O turismo, atividade estratégica para a economia regional, foi fortemente impactado, registrando prejuízos à infraestrutura, ao patrimônio cultural e uma redução significativa no fluxo de visitantes. A resposta do Governo Federal envolveu ações emergenciais de assistência social e medidas voltadas à recuperação econômica. Os resultados evidenciam a necessidade de um planejamento urbano mais resiliente, alinhado à adaptação às mudanças climáticas e à gestão sustentável dos recursos hídricos. Destaca-se, ainda, a importância da cooperação entre poder público, setor privado e comunidades locais, bem como de iniciativas de solidariedade e capacitação, para fortalecer a resiliência territorial. Conclui-se que a recuperação do turismo no Rio Grande do Sul exige uma abordagem integrada e adaptativa, que articule revitalização econômica, preservação ambiental e salvaguarda do patrimônio cultural frente a futuros eventos climáticos extremos.

Palavras-chave: Turismo; Enchentes; Recuperação; Rio Grande do Sul.

1. INTRODUÇÃO

As enchentes no Rio Grande do Sul não são apenas naturais, mas resultam da interação entre dinâmica climática e organização territorial. Esses eventos climáticos costumam ocorrer em períodos de instabilidade, resultando em volumes de precipitação que ultrapassam a capacidade de drenagem dos rios e das áreas urbanas. Como consequência, inundações severas são comuns, especialmente em cidades próximas a corpos d'água, onde os danos podem ser devastadores.

Durante eventos extremos, localidades como São Gabriel e Santa Maria já enfrentaram impactos significativos, incluindo a destruição de infraestrutura, como

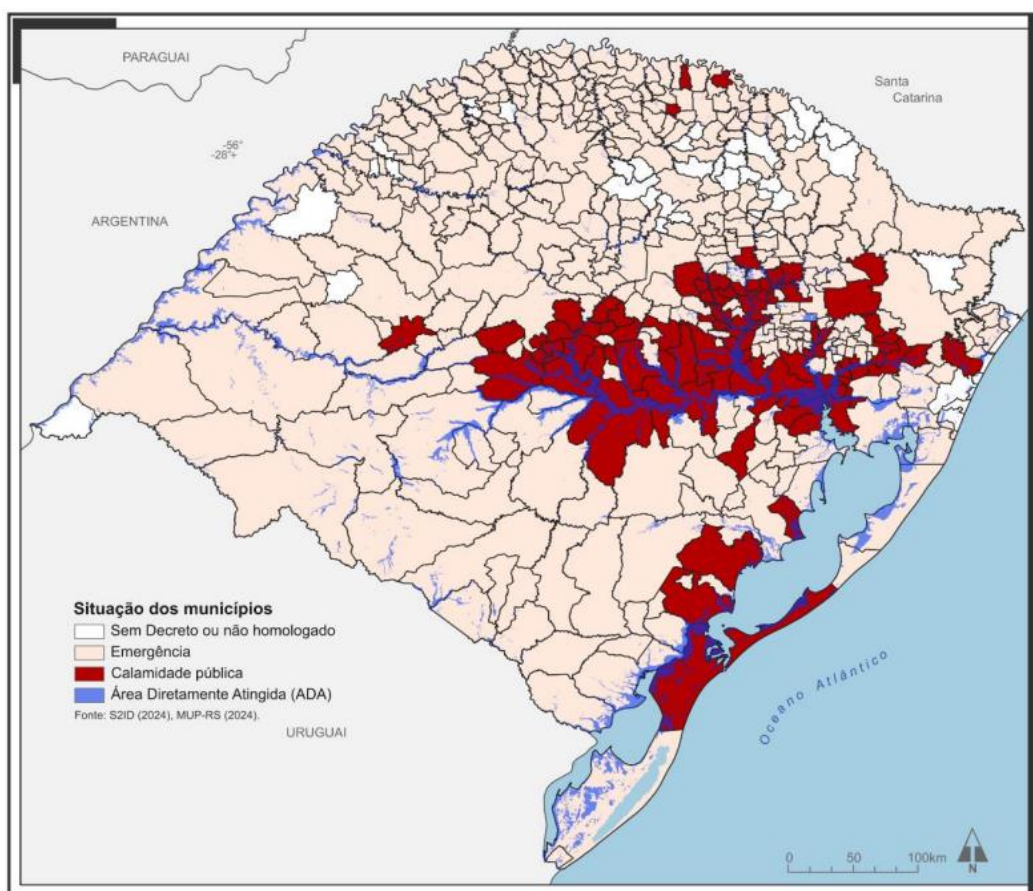
¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e-mail: gutorp@outlook.com

casas, escolas e estabelecimentos comerciais. As estradas estaduais e federais frequentemente ficam comprometidas por deslizamentos de terra e alagamentos, dificultando o acesso e a mobilidade. O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, por exemplo, foi interditado devido a alagamentos, afetando não apenas os voos, mas também a logística na região. Essa situação prejudicou a mobilidade geral, com ruas alagadas e bloqueios em rotas principais, aumentando o tempo de deslocamento e complicando a rotina dos cidadãos.

O impacto social e econômico das enchentes é expressivo, com perdas financeiras que atingem diretamente a agricultura, o comércio e diversos setores produtivos, além dos elevados custos associados à recuperação das áreas afetadas. Em situações de crise, o poder público e organizações da sociedade civil atuam na resposta emergencial, por meio de ações de resgate, assistência humanitária e reconstrução de infraestruturas danificadas. Contudo, a atuação estatal não deve se restringir ao caráter reativo.

Torna-se fundamental destacar o papel do Estado na formulação e implementação de políticas de planejamento territorial que incorporem a gestão de riscos e a adaptação às mudanças climáticas. No caso do Rio Grande do Sul, a recorrência de eventos extremos evidencia fragilidades estruturais no ordenamento urbano e rural, o que reforça a necessidade de estratégias integradas que articulem uso do solo, gestão de recursos hídricos e prevenção de desastres. Nesse contexto, o planejamento territorial assume função central na construção de maior resiliência socioespacial e na mitigação dos impactos futuros.

Figura 01 - Situação dos municípios com relação ao registro de ocorrência de evento climático extremo no Rio Grande do Sul — final de abril e maio de 2024



Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (Brasil, 2024g). Fonte: MUPRS (Rio Grande do Sul, 2024).

Em Porto Alegre, o Lago Guaíba deve ser compreendido não apenas como um indicador hidrológico, mas como um elemento estruturante da vulnerabilidade urbana, na medida em que sua dinâmica está diretamente associada ao risco hidrológico que incide sobre a cidade. A intensificação das precipitações ao longo da bacia hidrográfica contribui para a elevação do nível das águas e o consequente transbordamento, afetando sobretudo áreas ribeirinhas historicamente ocupadas por usos urbanos, muitas vezes em zonas suscetíveis a inundações.

Esse padrão de ocupação reforça a exposição de infraestruturas e populações aos eventos extremos. Em episódios anteriores, os impactos sobre a mobilidade urbana evidenciaram-se com a interrupção de equipamentos estratégicos, como o Aeroporto Internacional Salgado Filho e a rodoviária da cidade, comprometendo fluxos de pessoas e mercadorias. Tais discontinuidades acentuam os efeitos econômicos e sociais, ao dificultarem o acesso a serviços essenciais e ao afetarem diretamente as dinâmicas

comerciais, revelando a interdependência entre estrutura urbana, sistema hidrológico e planejamento territorial.

Além das questões de mobilidade, o centro histórico de Porto Alegre sofre significativamente. As inundações nessa área, que abriga uma grande concentração de prédios históricos, não apenas ameaçam o patrimônio cultural, mas também afetam o turismo e a identidade da cidade. A água danifica estruturas antigas, comprometendo a conservação e aumentando os custos de recuperação. Assim, fica evidente a vulnerabilidade de Porto Alegre frente a eventos climáticos extremos, sublinhando a importância de um planejamento eficaz para mitigar riscos e proteger a população e o patrimônio histórico.

Nesse contexto, o objetivo deste texto é analisar os efeitos das mudanças climáticas no turismo, considerando as consequências das enchentes sobre a infraestrutura turística e a percepção do destino. Os eventos extremos, alinhados ao aquecimento global, afetam profundamente o turismo globalmente. No Rio Grande do Sul, não é diferente, comprometendo numerosos pontos turísticos e colocando em risco o patrimônio cultural da região. Muitos acervos históricos, como fotos, quadros e arquivos, podem estar em perigo, e a perda desses itens representa danos materiais, de memórias e símbolos fundamentais para a identidade e cultura da cidade e do estado.

Figura 02: Áreas turísticas de Porto Alegre-RS afetadas pelas enchentes





Fonte: Portal G1 (2024)

No centro histórico de Porto Alegre, que abriga importantes monumentos e edificações tombadas, os danos decorrentes das inundações podem assumir caráter irreparável, comprometendo não apenas a integridade do patrimônio cultural, mas também a atratividade turística da cidade e, conseqüentemente, seu potencial de dinamização econômica. Em escala regional, municípios turísticos como Gramado e Canela também enfrentam impactos significativos.

No caso de Gramado, episódios recentes de chuvas intensas desencadearam movimentos de massa, resultando no desabamento de edificações em áreas de encosta e na interdição de zonas consideradas de alto risco, com evacuação de centenas de moradores e comprometimento de estruturas próximas a empreendimentos turísticos (TRINDADE, 2023).

Ademais, a queda de uma ponte que conecta Caxias do Sul a Nova Petrópolis agravou as dificuldades de deslocamento na região, sobretudo ao considerar que o aeroporto de Caxias do Sul constitui um dos principais pontos de acesso aos destinos da Serra Gaúcha. Soma-se a esse cenário a interdição do principal aeroporto do estado durante os eventos extremos, o que intensifica as limitações de acessibilidade e contribui para perdas econômicas expressivas no setor turístico regional.

A retração do turismo impacta diretamente a economia local, afetando restaurantes, meios de hospedagem e estabelecimentos comerciais que dependem da visitação. Em municípios fortemente dependentes dessa atividade, como Gramado, os efeitos das chuvas intensas e dos deslizamentos resultaram no fechamento massivo de empreendimentos, incluindo centenas de hotéis e restaurantes, evidenciando um

cenário de paralisação econômica e vulnerabilidade social, com elevado número de desabrigados (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

Esse contexto demonstra que a recuperação desses destinos e do patrimônio cultural exigirá investimentos significativos, aliados a um planejamento estratégico orientado à mitigação de riscos, à proteção dos bens históricos e à reestruturação da atividade turística. Nesse sentido, a valorização do patrimônio cultural, associada à conservação e à diversificação da oferta turística, torna-se fundamental para a reconstrução da identidade territorial e para a retomada da dinâmica econômica nas cidades afetadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os instrumentos políticos propostos por Bramwell (2001) referem-se às abordagens e estratégias utilizadas para orientar o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, com ênfase na articulação entre diferentes atores e na integração de políticas públicas. No entanto, sua aplicação não ocorre de forma abstrata, mas está intrinsecamente vinculada às dinâmicas territoriais e às escalas de governança em que o turismo se materializa.

Nesse sentido, o planejamento turístico deve ser compreendido como um processo multiescalar, que envolve desde o nível local (onde os impactos são mais diretamente sentidos) até instâncias regionais e nacionais, responsáveis pela formulação de diretrizes e alocação de recursos (HALL, 2019).

Os principais instrumentos políticos para o desenvolvimento do turismo sustentável incluem o planejamento integrado, que pressupõe a cooperação entre Estado, iniciativa privada e comunidades locais. Essa articulação revela a centralidade da governança territorial, entendida como o conjunto de relações de poder e mecanismos de coordenação entre atores que influenciam a produção do espaço turístico (DREDGE; JAMAL, 2015).

A regulação e a legislação, por sua vez, desempenham papel fundamental na definição de limites e normas para o uso do território, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis ou com forte valor cultural, contribuindo para a mediação de conflitos e para a ordenação do espaço turístico.

Além disso, os incentivos econômicos, como benefícios fiscais e subsídios, podem promover práticas sustentáveis entre os operadores turísticos e estimular o desenvolvimento de um turismo mais responsável. Contudo, é necessário problematizar que, em determinados contextos, tais instrumentos podem ser apropriados por agentes econômicos com foco prioritário na maximização de lucros, resultando na flexibilização de normas ambientais e urbanísticas e na intensificação da exploração dos territórios turísticos.

Esse fenômeno está associado ao avanço de modelos de desenvolvimento orientados pelo mercado, nos quais a sustentabilidade é frequentemente incorporada de forma discursiva, mas não efetivamente operacionalizada (GÖSSLING; SCOTT; HALL, 2021; MILANO; NOVELLI; CHEER, 2019). Tal dinâmica evidencia disputas territoriais entre diferentes atores, nas quais interesses econômicos tendem a prevalecer sobre demandas sociais e ambientais.

A educação e a conscientização, nesse contexto, assumem papel estratégico ao contribuir para a formação de uma cultura de uso responsável do território, tanto por parte dos visitantes quanto das comunidades locais. Entretanto, sua efetividade depende da articulação com outras dimensões da política pública, sobretudo aquelas relacionadas à governança e à participação social.

Outro aspecto relevante refere-se à participação comunitária nos processos de decisão e planejamento do turismo, compreendida como elemento estruturante de modelos mais inclusivos e territorialmente enraizados. A perspectiva do turismo de base comunitária, sistematizada por Murphy (1985), destaca o protagonismo das populações locais na condução do desenvolvimento turístico. No contexto brasileiro, Irving (2009) e Grimm e Sampaio (2012) reforçam que a participação social é fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial que valorizem os saberes locais.

No entanto, estudos contemporâneos indicam que esses espaços participativos frequentemente apresentam limitações, com baixa capacidade de incidência nas decisões, o que reforça assimetrias de poder entre os atores envolvidos (SCOTT; HALL; GÖSSLING, 2019; DREDGE; JAMAL, 2015). Conforme apontam Bartholo e Sansolo (2011), a participação pode ser instrumentalizada como mecanismo de legitimação, sem garantir efetivo poder decisório às comunidades.

Por fim, o monitoramento e a avaliação configuram-se como dimensões essenciais da governança do turismo, permitindo a análise contínua dos impactos territoriais e a adequação das políticas às especificidades locais e regionais. Esses mecanismos tornam-se ainda mais relevantes quando considerados em diferentes escalas, uma vez que os efeitos do turismo extrapolam os limites administrativos e demandam articulações intermunicipais e regionais. Todavia, quando orientados por interesses predominantemente econômicos, tais instrumentos podem ser fragilizados, comprometendo sua capacidade de subsidiar processos decisórios mais equitativos e sustentáveis (HALL, 2019).

Bramwell (2001) argumenta que a implementação de políticas eficazes para o turismo sustentável requer a integração de múltiplos atores e a consideração das especificidades territoriais, de modo a equilibrar desenvolvimento econômico, conservação ambiental e justiça social. Nessa perspectiva, os instrumentos políticos — gastos públicos, regulamentação, incentivos econômicos e educação — devem ser compreendidos não apenas como ferramentas técnicas, mas como dispositivos inseridos em contextos territoriais complexos, marcados por disputas, desigualdades e diferentes escalas de poder.

O turismo é um setor vital para muitas economias, apresentando tanto oportunidades quanto desafios. Para garantir que seu desenvolvimento seja sustentável e beneficie as comunidades locais, é fundamental implementar políticas públicas eficazes. O quadro 01 resume quatro instrumentos principais que moldam essa abordagem: gastos públicos, regulamentação, incentivos econômicos e educação e capacitação. Cada um desses elementos desempenha um papel crucial na promoção de um turismo responsável e inclusivo, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e valoriza a cultura local. A seguir, explora-se essas categorias e suas implicações para o futuro do turismo.

QUADRO 01: Descrição dos instrumentos políticos de Bramwell (2001)

Instrumentos Políticos	Descrição
Gastos Públicos	Refere-se aos investimentos do governo em infraestrutura, promoção de destinos e serviços que apoiam o turismo, incluindo melhorias em transportes, saneamento e segurança.
Regulamentação	Envolve a criação de normas e leis que governam as práticas do setor, visando garantir a proteção ambiental e cultural, além de regular o desenvolvimento do turismo.
Incentivos Econômicos	Inclui políticas que oferecem incentivos financeiros, como subsídios ou isenções fiscais, para promover o turismo sustentável e apoiar iniciativas locais.
Educação e Capacitação	Foca na formação e conscientização, tanto de turistas quanto de operadores turísticos, sobre práticas sustentáveis e a importância de respeitar as culturas locais e o meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bramwell (2001)

Os instrumentos de política pública no turismo desempenham um papel crucial na construção de um setor sustentável e equilibrado. Segundo Hall e Page (2014), os gastos públicos em infraestrutura e serviços são fundamentais para a promoção de destinos turísticos, pois contribuem para a melhoria da experiência do visitante e para a qualidade de vida das comunidades locais. Esses investimentos não apenas impulsionam o turismo, mas também fortalecem a economia local.

A regulamentação é outro aspecto vital. De acordo com Weiler e Davis (1993), a criação de normas que protejam o meio ambiente e a cultura local é essencial para garantir que o desenvolvimento turístico seja sustentável a longo prazo. Essa abordagem é necessária para evitar a degradação dos recursos naturais e culturais, que são a base do turismo.

Os incentivos econômicos, como subsídios e isenções fiscais, são instrumentos que podem estimular o investimento em turismo sustentável. Como aponta a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2017), esses incentivos ajudam a apoiar pequenas e médias empresas, que frequentemente têm um impacto positivo nas economias locais e na geração de emprego.

Por fim, a educação e capacitação de operadores turísticos e visitantes é fundamental. Gursoy e Rutherford (2004) destacam a importância de promover práticas sustentáveis e de conscientizar os turistas sobre a necessidade de respeitar as culturas

e o meio ambiente locais. A formação adequada pode resultar em uma experiência turística mais enriquecedora e sustentável.

Em suma, a integração desses instrumentos — gastos públicos, regulamentação, incentivos econômicos e educação — é crucial para desenvolver um turismo que beneficie tanto as comunidades locais quanto os visitantes. A abordagem equilibrada proposta por esses instrumentos permite que os benefícios do turismo sejam compartilhados de forma justa e sustentável.

3. METODOLOGIA

Para analisar os impactos das enchentes de 2024 no turismo do Rio Grande do Sul, adotou-se uma abordagem qualitativa que combina revisão de literatura, coleta de dados empíricos e análise de políticas públicas. O objetivo foi compreender as consequências das enchentes e avaliar as estratégias propostas para a recuperação e desenvolvimento sustentável da região.

Iniciou-se com uma revisão da literatura existente sobre turismo sustentável, utilizando os instrumentos políticos de Bramwell como base teórica. Essa revisão abrangeu estudos acadêmicos e relatórios de organizações relevantes, como a Organização Mundial do Turismo (OMT).

A coleta de dados secundários foi realizada por meio de fontes oficiais, incluindo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul e o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, considerando especialmente dados hidrometeorológicos e análises técnicas sobre eventos extremos. Informações relativas às consequências sociais e econômicas das enchentes foram obtidas por meio de reportagens, dados governamentais e análises produzidas por organizações não governamentais.

Além disso, a metodologia incluiu a avaliação das ações do Governo Federal implementadas após as enchentes, conforme descrito em quadros específicos. Essas ações foram analisadas em relação aos instrumentos políticos propostos por Bramwell, considerando sua eficácia e impacto potencial no setor turístico.

Por fim, os dados coletados foram analisados qualitativamente, buscando identificar padrões, relações e implicações dos instrumentos políticos para a

revitalização do turismo no estado. As informações foram organizadas em categorias temáticas, permitindo uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades para o turismo sustentável no contexto das enchentes.

Essa abordagem metodológica possibilitou uma análise abrangente e integrada, contribuindo para o entendimento dos impactos das enchentes de 2024 no turismo do Rio Grande do Sul e para a formulação de recomendações práticas para um desenvolvimento mais sustentável.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo que resultou em severas enchentes em várias regiões do estado. As chuvas intensas começaram no final de abril e se estenderam até o início de maio, quando a precipitação acumulada atingiu níveis alarmantes, especialmente em áreas já vulneráveis. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), entre os dias 25 de abril e 2 de maio, algumas cidades registraram mais de 300 mm de chuva.

Municípios inseridos na mancha de inundação anteriormente apresentada foram severamente afetados, evidenciando a amplitude territorial dos eventos extremos. Em casos mais críticos, como o de Roca Sales, os impactos foram quase totais, com destruição significativa da infraestrutura urbana. Em centros urbanos de maior porte, como Porto Alegre, Canoas e diversos municípios da Região Metropolitana, as áreas de menor altitude foram amplamente inundadas, resultando na evacuação de milhares de pessoas e na interrupção de serviços essenciais.

No caso de Santa Maria, destaca-se que a área da Quarta Colônia, reconhecida por sua expressiva vocação turística, também foi fortemente atingida, o que reforça os impactos não apenas sociais e infraestruturais, mas igualmente sobre o turismo regional. Diante desse cenário, a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul declarou situação de emergência, mobilizando equipes de resgate e ações de assistência humanitária.

O evento climático esteve associado a uma combinação de fatores atmosféricos, incluindo a atuação do fenômeno El Niño, que contribuiu para o aumento da umidade na região Sul do Brasil. Entretanto, para além dessa condição de larga escala, destaca-se a



ocorrência de um período excepcional de precipitação entre o final de abril e o mês de maio de 2024, caracterizado por volumes acumulados muito acima das médias históricas. Em Santa Maria, por exemplo, o acumulado entre 27 de abril e 31 de maio atingiu 782,3 mm, valor correspondente a quase metade da média anual, enquanto em Caxias do Sul o volume chegou a 1.023 mm no mesmo período, superando metade da média histórica anual.

Já em Porto Alegre, apenas no mês de maio foram registrados 524,4 mm de precipitação, aproximadamente cinco vezes acima da média mensal, configurando um cenário de extrema anomalia pluviométrica (INMET, 2024; RIO GRANDE DO SUL, 2024). Esses acumulados extraordinários, concentrados em poucos dias, favoreceram a ocorrência de enxurradas e inundações em diversas bacias hidrográficas, como as dos rios Taquari, Caí, Sinos e Guaíba, resultando em um desastre de grandes proporções. De acordo com dados oficiais, mais de 95% dos municípios do estado foram atingidos, com centenas de vítimas fatais e milhões de pessoas afetadas, evidenciando a magnitude e a raridade do evento no contexto climático regional.

As enchentes de 2024 não só causaram danos imediatos, como também levantaram preocupações sobre as mudanças climáticas e a necessidade de investimentos em infraestrutura para mitigação de riscos. A resposta da comunidade e a solidariedade entre os habitantes foram notáveis, com diversas iniciativas de apoio aos desabrigados, como mencionado por organizações locais. As enchentes no Rio Grande do Sul têm impactos significativos no turismo, afetando tanto a infraestrutura quanto a percepção do destino. Aqui estão alguns dos principais impactos:

QUADRO 02: Impactos da crise climática de 2024 no turismo do Rio Grande do Sul

Impactos no Turismo	Descrição	Exemplos/Notas
Danos ao Patrimônio Cultural	Danos a monumentos e prédios tombados, comprometendo a conservação.	Centro histórico de Porto Alegre.
Perda de Acervos Históricos	Risco de perda de fotos, quadros e arquivos, representando perdas materiais e culturais.	Itens que são símbolos da identidade local.



Redução da Atração Turística	Degradação de bens históricos prejudica a atratividade da cidade como destino turístico.	Impacto negativo no fluxo de visitantes.
Desestímulo ao Turismo em Cidades Vizinhas	Danos em pontos turísticos, prédios e pontes em cidades como Gramado e Canela.	Diminuição da visitação em destinos populares.
Acesso Comprometido	Interdições no Aeroporto Internacional Salgado Filho afetam a logística de transporte para os turistas.	Dificuldade de acesso durante enchentes.
Impacto na Economia Local	Redução no turismo impacta diretamente restaurantes, hotéis e comércios que dependem da visitação.	Necessidade de recuperação econômica.
Investimentos Necessários	Recuperação do patrimônio cultural e revitalização do setor turístico exigem investimentos significativos.	Planejamento estratégico para proteção

Fonte: O autor (2026)

As ações propostas com base nos instrumentos políticos de Bramwell surgem como alternativas fundamentais para ajudar a reerguer e recuperar o Rio Grande do Sul após as enchentes devastadoras. A aplicação de investimentos em infraestrutura e campanhas de promoção do destino pode restabelecer a acessibilidade e atratividade das áreas afetadas, incentivando o retorno dos turistas e, consequentemente, revitalizando a economia local. Além disso, a regulamentação para um planejamento urbano sustentável e a proteção ambiental garantirão que o desenvolvimento futuro seja mais resiliente a desastres naturais, promovendo um turismo responsável. Ao apoiar pequenos negócios e fomentar novos projetos, o estado poderá não apenas restaurar sua vitalidade econômica, mas também capacitar as comunidades locais, criando um ciclo de conscientização e preservação que beneficiará tanto visitantes quanto residentes. As enchentes no Rio Grande do Sul no começo do ano tiveram um impacto significativo nas comunidades e no setor turístico da região. A aplicação dos instrumentos políticos de Bramwell pode ser fundamental para reorganizar e reerguer o turismo no estado. Veja como:

QUADRO 03: Quadro de ações propostas para reerguer o turismo

Instrumento Político	Ações Propostas
Gastos Públicos	- Reparação de Infraestrutura: Investimentos em estradas, pontes e serviços públicos essenciais para garantir a acessibilidade dos destinos turísticos, incluindo a reconstrução de áreas afetadas. - Promoção do Destino: Campanhas de marketing focadas na resiliência da região e suas atrações para reverter a imagem negativa e atrair turistas.
Regulamentação	- Planejamento Urbano Sustentável: Implementação de normas para garantir que o desenvolvimento futuro considere a vulnerabilidade a desastres naturais, evitando construções em áreas de risco. - Proteção Ambiental: Criação de regulamentações para restaurar ecossistemas afetados, promovendo o ecoturismo e preservação de áreas naturais.
Incentivos Econômicos	- Apoio a Pequenos Negócios: Oferecimento de subsídios ou isenções fiscais para que empresas locais se recuperem e revitalizem a economia. - Fomento a Novos Projetos: Atração de investidores para iniciativas de turismo sustentável que ofereçam novas experiências aos visitantes e gerem empregos.
Educação e Capacitação	- Formação de Comunidades: Capacitação de moradores em práticas de turismo sustentável, hospitalidade e gestão de crises, preparando-os para receber visitantes. - Conscientização sobre Sustentabilidade: Criação de campanhas educativas para turistas, destacando a importância da preservação ambiental e do respeito à cultura local.

Fonte: O autor (2026)

Esse quadro sintetiza as estratégias que podem ser implementadas para revitalizar o turismo na região, destacando a importância de cada instrumento político proposto. A aplicação eficaz desses instrumentos pode não apenas ajudar a reconstruir o turismo no Rio Grande do Sul após as enchentes, mas também tornar a região mais resiliente a futuras crises. Ao promover um turismo sustentável e inclusivo, é possível fortalecer a economia local, preservar a cultura e o meio ambiente, e criar uma experiência positiva para turistas e residentes.

Em resposta às recentes crises e desafios enfrentados pelo Rio Grande do Sul, o Governo Federal implementou uma série de ações estratégicas para apoiar a recuperação e o desenvolvimento do estado. Essas iniciativas abrangem diversas áreas, incluindo assistência social, habitação, saúde, infraestrutura e turismo. Com um investimento significativo em recursos financeiros, o governo busca não apenas



reconstruir o que foi danificado, mas também promover um crescimento sustentável e inclusivo. O quadro a seguir detalha as principais ações realizadas, destacando os valores investidos e os objetivos de cada medida.

QUADRO 04: Principais ações do Governo Federal no RS durante o evento climático de 2024

Ação	Descrição	Valor/Recursos	Instrumento Político de Bramwell
Auxílio Reconstrução	Apoio financeiro de R\$ 5.100 para famílias afetadas.	R\$ 1,9 bilhão investidos	Gastos Públicos
Habitação	16 mil novas moradias viabilizadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida.	R\$ 2 bilhões para aquisição	Gastos Públicos
Resgate e Salvamento	Mobilização de 30 mil servidores para resgatar pessoas e animais.	R\$ 1,1 bilhão para resgate	Gastos Públicos
Doações	Recepção e distribuição de 32 mil toneladas de doações.	N/A	Gastos Públicos
Suspensão da Dívida Pública	Suspensão por 36 meses, gerando um Fundo de Reconstrução de R\$ 23 bilhões.	R\$ 1 bilhão para municípios	Incentivos Econômicos
Créditos para Empresas	R\$ 18 bilhões em crédito subsidiado para empresas e agricultores.	R\$ 10 bilhões já contratados	Incentivos Econômicos
Reforma da Infraestrutura	Investimentos em escolas, UBS e infraestrutura pública.	R\$ 1,1 bilhão na educação	Gastos Públicos
Prevenção de Enchentes	Alocação de R\$ 8,84 bilhões para obras de drenagem e diques em 65 cidades.	N/A	Gastos Públicos
Força Nacional do SUS	Ações em saúde para atendimento a comunidades afetadas.	N/A	Gastos Públicos
Monitoramento de Rodovias	Atualizações sobre interdições e serviços nas rodovias federais.	N/A	Regulamentação
Energia	Religação de 4 mil unidades consumidoras; 554 mil clientes com energia restabelecida.	N/A	Gastos Públicos
Correios	Transporte de 6,3 mil toneladas de doações.	N/A	Gastos Públicos

Fonte: O autor (2026)

O quadro das principais ações do Governo Federal no Rio Grande do Sul ilustra um esforço robusto para enfrentar os desafios enfrentados pelo estado, especialmente após as recentes crises. As iniciativas abrangem diversas áreas, desde a assistência financeira a famílias afetadas até a mobilização de recursos significativos para empresas e o fortalecimento do turismo. Com investimentos que somam bilhões, como os R\$ 18 bilhões em créditos subsidiados, o governo demonstra seu compromisso em revitalizar a economia local e apoiar setores essenciais, fundamentais para a recuperação e crescimento do estado.

Além disso, a implementação de programas de habitação e o suporte a ações de resgate e doações destacam a prioridade dada ao bem-estar das comunidades afetadas. A ampliação de voos e as campanhas de sensibilização para o turismo revelam uma visão de longo prazo, focada em não apenas reconstruir, mas também em promover um desenvolvimento sustentável. Essa abordagem integrada é crucial para garantir que os benefícios sejam amplamente compartilhados, criando um futuro mais resiliente para o Rio Grande do Sul.

QUADRO 05: Principais ações do Governo Federal voltadas para o turismo no RS durante o evento climático de 2024

Ação	Descrição	Valor/Recursos	Instrumento Político de Bramwell
Turismo	Ampliação de voos e R\$ 200 milhões do Novo Fungetur para financiar atividades turísticas.	R\$ 100 milhões já repassados	Incentivos Econômicos
Campanhas de Sensibilização	Campanha “Não Cancele, Reagende!” para incentivar turismo no estado.	N/A	Educação e Capacitação
Apoio à Ciência e Inovação	Prorrogação de 5.532 bolsas e linha de crédito de R\$ 1,6 bilhão para empresas de inovação.	R\$ 1,6 bilhão para inovação	Incentivos Econômicos

Fonte: O autor (2026)

O quadro das ações voltadas para o turismo no Rio Grande do Sul destaca uma série de iniciativas estratégicas do Governo Federal para revitalizar e impulsionar esse setor vital, especialmente em um momento de recuperação econômica. A ampliação de

voos e a disponibilização de R\$ 200 milhões do Novo Fungetur para financiar atividades turísticas evidenciam um esforço consciente para aumentar a conectividade e atrair visitantes. Além disso, campanhas como “Não cancele, reagende!” visam incentivar o turismo interno, promovendo uma conscientização sobre a importância de visitar e apoiar a economia local.

Essas ações refletem uma visão integrada que busca não apenas restaurar a atividade turística, mas também garantir que ela ocorra de maneira sustentável. Ao fortalecer o turismo, o governo não apenas fomenta a geração de empregos e renda, mas também contribui para a valorização da cultura e das belezas naturais da região. A abordagem proativa e o investimento em infraestrutura turística são essenciais para reposicionar o Rio Grande do Sul como um destino atrativo, especialmente para turistas nacionais e internacionais.

5. IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E TEÓRICAS

As contribuições práticas e teóricas da produção analisada são abrangentes e interligadas. Em termos práticos, destaca-se a importância de um planejamento urbano sustentável que integre estratégias de gestão de riscos climáticos nas políticas urbanas. Isso promove um desenvolvimento que leva em consideração a vulnerabilidade das regiões a desastres naturais. Propostas como investimentos em infraestrutura e campanhas de marketing visam não apenas restaurar a atratividade dos destinos, mas também fortalecer a economia e gerar empregos.

Além disso, a capacitação das comunidades locais em práticas de turismo sustentável e gestão de crises se revela essencial. Essa formação prepara os moradores para acolher turistas de maneira consciente, promovendo um desenvolvimento econômico mais inclusivo. A análise também ressalta a necessidade de uma abordagem integrada entre governo, empresas e comunidades, o que fortalece a governança e a eficácia das ações de recuperação, garantindo que todos os setores se beneficiem do turismo.

Do ponto de vista teórico, a aplicação dos instrumentos políticos de Bramwell no contexto das enchentes contribui significativamente para o debate sobre turismo sustentável, demonstrando como políticas públicas podem moldar o desenvolvimento

do setor. Além disso, o estudo enriquece a discussão acadêmica sobre vulnerabilidade e resiliência, oferecendo uma perspectiva que conecta mudanças climáticas, gestão de desastres e turismo de maneira interdependente.

Por fim, a pesquisa propõe novos modelos teóricos que exploram a colaboração entre diferentes partes interessadas, sugerindo que a inclusão de diversas vozes pode resultar em políticas mais eficazes e sustentáveis. A integração de aspectos sociais, econômicos e ambientais na análise do turismo durante crises climáticas fomenta um entendimento mais holístico, incentivando investigações que cruzem fronteiras acadêmicas. Essas contribuições ressaltam a relevância de uma abordagem integrada e sustentável para enfrentar os desafios climáticos, promovendo um futuro mais resiliente para as comunidades afetadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes de 2024 evidenciaram a vulnerabilidade do Rio Grande do Sul a eventos climáticos extremos, ressaltando a urgência de um planejamento urbano e o uso do solo, que considere as mudanças climáticas e a gestão sustentável dos recursos hídricos. Os impactos no turismo foram significativos, resultando em danos ao patrimônio cultural e à infraestrutura turística, o que reduziu o fluxo de visitantes e afetou a economia local e a identidade cultural da região.

A recuperação do turismo é crucial para revitalizar a economia local. Iniciativas como investimentos em infraestrutura, campanhas de promoção e regulamentação sustentável são fundamentais para restaurar a confiança dos turistas e garantir um desenvolvimento mais resiliente. A integração de políticas, conforme proposto pelos instrumentos políticos de Bramwell, é essencial. A colaboração entre diferentes partes interessadas: governos, empresas e comunidades. É necessária para criar um planejamento que equilibre o crescimento econômico com a preservação ambiental e cultural.

Além disso, as iniciativas de apoio às comunidades afetadas destacam a importância da solidariedade e da participação ativa da população na recuperação, reforçando a resiliência social. Promover práticas de turismo sustentável e conscientizar

sobre a preservação ambiental são igualmente fundamentais, garantindo que o turismo não apenas se recupere, mas se desenvolva de maneira responsável e inclusiva.

Investimentos direcionados para a recuperação do patrimônio cultural e o suporte a pequenos negócios são essenciais para reverter os efeitos negativos das enchentes e fortalecer a economia local a longo prazo. A implementação de sistemas de monitoramento para avaliar os impactos do turismo e a eficácia das políticas adotadas permitirá ajustes contínuos, assegurando uma abordagem mais adaptativa diante de futuras crises climáticas.

Esses instrumentos políticos são cruciais para enfrentar os desafios do turismo, garantindo que seu desenvolvimento ocorra de maneira equilibrada, promovendo benefícios sociais, econômicos e ambientais. A abordagem integrada proposta por Bramwell busca criar um sistema de governança que respeite e valorize a diversidade dos destinos turísticos.

Quando esses instrumentos são bem executados, podem não apenas ajudar a reorganizar um destino turístico após uma crise, mas também estabelecer uma base sólida para um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Isso resulta em um turismo que beneficia tanto os visitantes quanto a comunidade local, promovendo a resiliência e a recuperação do destino. Os impactos das enchentes no turismo do Rio Grande do Sul são profundos e multifacetados, exigindo esforços significativos de recuperação e adaptação. A revitalização do turismo deve incluir planejamento estratégico, investimento em infraestrutura e promoção de práticas sustentáveis para assegurar que a região possa se recuperar e se tornar mais resiliente no futuro.

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Gramado tem mais de 500 hotéis e restaurantes fechados após chuvas.**

23 maio 2024. Disponível em: <https://j3news.com/2024/05/23/gramado-tem-mais-de-500-hoteis-e-restaurantes-fechados-apos-huvas/> . Acesso em: 24 mar. 2026.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária.** Letra e imagem, 2009.

BRASIL. **Governo Federal anuncia ações para retomada do turismo no Rio Grande do Sul.**

Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/06/governo-federal-anuncia-acoes-para-retomada-do-turismo-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRAMWELL, Bill. **Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado**. In: Turismo global. São Paulo: SENAC, 2001. p. 375-392.

DREDGE, Dianne; JAMAL, Tazim. **Progress in tourism planning and policy**: a post-structural perspective on knowledge production. *Tourism Management*, v. 51, p. 285-297, 2015.

GLOBO.COM. **Antes e depois: veja como ficaram locais emblemáticos das enchentes do RS após a água baixar**. *G1 Rio Grande do Sul*, 31 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/31/antes-e-depois-veja-como-ficaram-locais-emblematicos-das-enchentes-do-rs-apos-a-agua-baixar.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2024.

GLOBO.COM. **Porto Alegre em colapso**: enchentes do RS cercam Casa de Cultura Mario Quintana e ameaçam acervo de museus. *G1 Fantástico*, 12 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/05/12/porto-alegre-em-colapso-enchentes-do-rs-cercam-casa-de-cultura-mario-quintana-e-ameacam-acervo-de-museus.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2024.

GLOBO.COM. **Antes e depois: veja como estava o aeroporto de Porto Alegre durante enchente e como ficou com a limpeza**. *G1 Rio Grande do Sul*, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/10/antes-e-depois-veja-como-estava-o-aeroporto-de-porto-alegre-durante-enchente-e-como-ficou-com-a-limpeza.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2024.

GÖSSLING, Stefan; SCOTT, Daniel; HALL, C. Michael. **Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19**. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 29, n. 1, p. 1-20, 2021.

GRIMM, Isabel Jurema; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo de base comunitária**: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 19, p. 57-68, 2011.

GURSOY, D.; RUTHERFORD, D. G. Host attitudes toward tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 31, n. 3, p. 639-660, 2004.

HALL, C. M.; PAGE, S. J. **The Geography of Tourism and Recreation**: Environment, Place and Space. Routledge, 2014.

HALL, C. Michael. **Constructing sustainable tourism development**: the 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 27, n. 7, p. 1044-1060, 2019.

IRVING, Marta de Azevedo. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária**: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MILANO, Claudio; NOVELLI, Marina; CHEER, Joseph M. **Overtourism and tourismphobia**: a journey through four decades of tourism development, planning and local concerns. *Tourism Planning & Development*, v. 16, n. 4, p. 353-357, 2019.

MURPHY, Peter E. **Tourism: a community approach**. New York: Routledge, 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Tourism for Sustainable Development**. 2017.

SCOTT, Daniel; HALL, C. Michael; GÖSSLING, Stefan. **Global tourism vulnerability to climate change**. *Annals of Tourism Research*, v. 77, p. 49-61, 2019.

TRINDADE, Pedro. **Desmoronamento em Gramado foi causado por movimento de massa, diz prefeitura**. *g1 RS*, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/11/29/relatorio-gramado-desaba.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2026.

WEILER, B.; DAVIS, D. **Trekking the Himalayas**: Issues and strategies for tourism. *International Journal of Tourism Research*, v. 1, n. 1, p. 37-49, 1993.

2024 FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL: IMPACTS ON TOURISM AND STRATEGIES FOR SUSTAINABLE RECOVERY

ABSTRACT

In 2024, Rio Grande do Sul was severely affected by floods that struck different regions of the state, resulting in significant social, economic, and territorial impacts. This study aims to analyze the effects of climate change on tourism, with particular attention to the consequences of flooding for tourism infrastructure and destination image. The methodology comprises an analysis of meteorological data, a review of government initiatives implemented during the study period, and the application of the policy instruments proposed by Bramwell (2001), including public expenditure, regulation, economic incentives, and educational measures. The intense rainfall recorded between April 25 and May 2 caused extensive damage and led to the evacuation of thousands of people, particularly in municipalities such as Porto Alegre and Santa Maria. Tourism, a strategic activity for the regional economy, was severely affected, with damage to infrastructure and cultural heritage, as well as a significant decline in visitor flows. The federal government's response comprised emergency social assistance and measures aimed at economic recovery. The findings underscore the need for more resilient urban planning aligned with climate change adaptation and sustainable water resource management. The study also highlights the importance of cooperation among public authorities, the private sector, and local communities, together with solidarity and capacity-building initiatives, in strengthening territorial resilience. It concludes that tourism recovery in Rio Grande do Sul requires an integrated and adaptive approach that combines economic revitalization, environmental conservation, and the safeguarding of cultural heritage in the face of future extreme weather events.

Keywords: Tourism; Floods; Recovery; Rio Grande do Sul.

INUNDACIONES DE 2024 EN RIO GRANDE DO SUL: IMPACTOS EN EL TURISMO Y ESTRATEGIAS PARA UNA RECUPERACIÓN SOSTENIBLE

RESUMEN

En 2024, Rio Grande do Sul se vio gravemente afectado por inundaciones que azotaron distintas regiones del estado y provocaron impactos sociales, económicos y territoriales significativos. El objetivo de este estudio es analizar los efectos del cambio climático en el turismo, prestando especial atención a las consecuencias de las inundaciones para la infraestructura turística y la imagen del destino. La metodología comprende el análisis de datos meteorológicos, la revisión de las iniciativas gubernamentales implementadas durante el período estudiado y la aplicación de los instrumentos de política propuestos por Bramwell (2001), entre ellos el gasto público, la regulación, los incentivos económicos y las medidas educativas. Las intensas lluvias registradas entre el 25 de abril y el 2 de mayo ocasionaron daños considerables y llevaron a la evacuación de miles de personas, especialmente en municipios como Porto Alegre y Santa Maria. El turismo, actividad estratégica para la economía regional, se vio gravemente afectado, con daños en la infraestructura y el patrimonio cultural, así como una reducción significativa del flujo de visitantes. La respuesta del Gobierno federal incluyó acciones de asistencia social de emergencia y medidas orientadas a la recuperación económica. Los resultados ponen de relieve la necesidad de una planificación urbana más resiliente, articulada con la adaptación al cambio climático y la gestión sostenible de los recursos hídricos. Asimismo, el estudio destaca la importancia de la cooperación entre las autoridades públicas, el sector privado y las comunidades locales, junto con iniciativas de solidaridad y fortalecimiento de capacidades, para reforzar la resiliencia territorial. Se concluye que la recuperación del turismo en Rio Grande do Sul requiere un enfoque integrado y adaptativo que articule la revitalización económica, la

conservación ambiental y la salvaguardia del patrimonio cultural ante futuros fenómenos meteorológicos extremos.

Palabras clave: Turismo; Inundaciones; Recuperación; Rio Grande do Sul.

Enviado em: 19/01/2026

Aceito em: 16/03/2026